Diário Oficial da União - Nº 83 - Seção 1 - págs. 46 a 49

ATA Nº 6, DE 24 DE MARÇO DE 2015
DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e quinze, reuniu-se o Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, em seu edifício-sede, para a realização da 6ª Sessão Ordinária de 2015, sob a Presidência do Doutor Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Presidente do CNMP. Presentes os Conselheiros Alessandro Tramujas Assad, Luiz Moreira Gomes Júnior, Jeferson Luiz Pereira Coelho, Jarbas Soares Júnior, Antônio Pereira Duarte, Marcelo Ferra de Carvalho, Cláudio Henrique Portela do Rego, Alexandre Berzosa Saliba, Esdras Dantas de Souza, Leonardo de Farias Duarte, Walter de Agra Júnior, Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, Fábio George Cruz da Nóbrega, e o Secretário-Geral do CNMP, Blal Yassine Dalloul. Ausente, justificadamente, o representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Marcus Vinícius Furtado Coêlho. Presentes, também, o Secretário- Geral Adjunto do CNMP, Wilson Rocha de Almeida Neto; o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, Osvaldo D'Albuquerque Lima Neto; o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, Luciano Silva Costa Ramos; o Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT, Ângelo Fabiano Farias da Costa; o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima; o Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, José Robalinho Cavalcanti; o Procurador-Geral da Justiça Militar, Marcelo Weitzel Rabello de Souza; o Procurador de Justiça Militar, Samuel Pereira; o Procurador de Justiça do Estado de Roraima, Fábio Bastos Stica; o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, Lio Marcos Marin; a Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP, Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti; o Presidente da Associação Espírito-Santense do Ministério Público - AESMP, Marcello Souza Queiroz; o Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul - AMPRS, Sérgio Hiane Harris; o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo de Lima Veiga; o Presidente da Associação Catarinense do Ministério Público - ACMP, Luciano Trierweiller Naschenweng; o Presidente da Associação Goiana do Ministério Público - AGMP, Benedito Torres Neto; o Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - AMPDFT, Antônio Marcos Dezan; o Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte - AMPERN, Eudo Rodrigues Leite; o Presidente da Associação Mato-Grossense do Ministério Público -AMMP, Miguel Slhessarenko Júnior; e o Procurador-Geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo. Após verificado o quórum regimental, o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público declarou aberta a sessão, cumprimentou todos os presentes e comunicou que a Secretaria Geral encaminhou correspondência eletrônica a todos os Conselheiros, com a relação dos processos em que foram proferidas decisões monocráticas de arquivamento, totalizando 37 (trinta e sete) decisões, publicadas no período de 10/03/2015 a 23/03/2015, em cumprimento ao disposto no artigo 43, § 2º, do RICNMP. Informou, ainda, que, conforme deliberado na Vigésima Terceira Sessão Ordinária de 2014, a Corregedoria Nacional encaminhou o relatório das decisões de arquivamento, publicadas no período de 10/03/2015 a 23/03/2015, totalizando 6 (seis) decisões. Após, submeteu ao plenário a Ata da Quinta Sessão Ordinária de 2015, que foi aprovada, à unanimidade, sem retificação. Na sequência, anunciou, a pedido dos Relatores, o adiamento dos Processos n.ºs 0.00.000.001441/2011-90; 0.00.000.000225/2014-70;
0.00.000.001151/2014-99; 0.00.000.000574/2014-91;
0.00.000.001509/2014-83; 0.00.000.000989/2013-84;
0.00.000.001196/2014-63; 0.00.000.000543/2014-31;
0.00.000.001785/2013-61; 0.00.000.001148/2013-94;
0.00.000.001589/2014-77 e 0.00.000.001770/2014-83. Na sequência, passou-se ao julgamento dos processos incluídos em pauta, registrando- se os resultados constantes das certidões consolidadas em anexo. Na ocasião, o Presidente anunciou o julgamento em bloco dos Recursos Internos - Processo n.º 0.00.000.001253/2014-12 e 0.00.000.001403/2014-80. Em seguida, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior consignou que a presente sessão plenária seria a última em que o Conselheiro Luiz Moreira participaria, e registrou que o mencionado Conselheiro, durante seu mandato no CNMP, conseguiu extrair a alma do Ministério Público, vivenciar seus problemas, garantir suas prerrogativas e estrutura funcional, não se negando a defendê-la quando necessário, apesar das críticas que ajudaram na reflexão sobre o papel desempenhado pelos membros do Colegiado. Agradeceu, em nome do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, pelo auxílio nas decisões de questões relevantes da instituição ministerial, demonstrando as peculiaridades de cada caso. Na sequência, o Presidente anunciou que a sessão plenária seria encerrada às dezessete horas e quinze minutos, para dar prosseguimento às homenagens ao Conselheiro Luiz Moreira e agradeceu ao Conselheiro Jarbas Soares Júnior pela manifestação. Em seguida, o Conselheiro Cláudio Portela levou a julgamento conjunto os Procedimentos Avocados n.ºs 0.00.000.001690/2013-47 e 0.00.000.000294/2014-83. Durante a análise da primeira preliminar, acerca da incompetência do CNMP para julgamento dos referidos feitos, ausentou-se, ocasionalmente, o Conselheiro Walter Agra, voltando a compor a mesa após a mencionada deliberação. Em seguida, o Conselheiro Antônio Duarte parabenizou o Relator, pelo voto proferido, ocasião em que o Conselheiro Cláudio Portela cumprimentou os membros da comissão processante, Luiz Gustavo Maia Lima, Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Fabrício Carrer e Rafael Siqueira de Pretto, Procuradores da República. Na sequência, o Conselheiro Luiz Moreira suscitou duas questões de ordem, sendo a primeira referente ao encaminhamento de Estado do Maranhão, para verificação, sob a ótica disciplinar, da conduta dos advogados do membro do Ministério Público investigado, que peticionaram junto ao Poder Judiciário local, e a segunda relativa ao encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, para análise de suposta prática de ilícitos na atuação de membros do Ministério Público que tomaram conhecimento de eventual favorecimento pelo Tribunal de Justiça daquele Estado. Na ocasião, o Conselho, por maioria, acolheu a primeira questão de ordem, vencidos o Relator e os Conselheiros Jeferson Coelho, Fábio George e Alessandro Tramujas, que eram contrários ao referido encaminhamento. Em seguida, o Conselho, por maioria, acolheu a segunda questão de ordem, vencidos o Relator e os Conselheiros Jeferson Coelho e Alessandro Tramujas, que eram contrários à mencionada remessa. Por ocasião do julgamento do Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001423/2014-51, ausentouse, ocasionalmente, o Conselheiro Antônio Duarte, voltando a compor a mesa durante o julgamento da Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001282/2014-76. Após, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior levou a julgamento, extrapauta, o Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001193/2014-20, com vistas à prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, para conclusão dos trabalhos da comissão processante, oportunidade em que o Conselheiro Leonardo Carvalho ausentou- se ocasionalmente. Durante o julgamento do Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001743/2014-10, voltou a compor a mesa o Conselheiro Leonardo Carvalho, oportunidade em que se ausentou, ocasionalmente, o Conselheiro Luiz Moreira. Durante o julgamento do Pedido de Providências n.º 0.00.000.001523/2014-87, o Conselheiro Marcelo Ferra declarou-se impedido. Por ocasião do julgamento do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000060/2015-17, voltou a compor a mesa o Conselheiro Luiz Moreira. Após o julgamento do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000756/2011-10, o Conselheiro Walter Agra registrou que estaria apto a votar em todos os processos nos quais formulou pedido de vista regimental, ocasião em que o Conselheiro Cláudio Portela consignou que também estaria apto a votar no Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000519/2014-00, do qual pediu vista na Terceira Sessão Ordinária, realizada no dia dez de fevereiro do corrente ano. Por ocasião do julgamento da Revisão de Processo Disciplinar º 0.00.000.001096/2013-56, ausentaram-se, ocasionalmente, os Conselheiros Leonardo Farias e Esdras Dantas, que voltaram a compor a mesa após esse julgamento. Após o julgamento do Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001281/2014-21, o Presidente deu início às homenagens ao Conselheiro Luiz Moreira, oportunidade em que o Conselheiro Jarbas Soares Júnior registrou a presença dos Presidentes de Associações, Procuradores-Gerais, membros do Ministério Público e servidores, reiterou os cumprimentos feitos ao Conselheiro Luiz Moreira no início da sessão, exaltando a sua autenticidade, poder de crítica e contribuição para o fortalecimento da Instituição, desejando-lhe sucesso em seu retorno para o Estado de Minas Gerais. Em seguida, ocupou a tribuna a Presidente

da CONAMP, Norma Angélica Cavalcanti, que, após cumprimentar o Presidente, o Corregedor Nacional e os demais Conselheiros, registrou que o Conselho Deliberativo da Associação fez moção de reconhecimento pelo trabalho realizado pelo Conselheiro Luiz Moreira, que muito engrandeceu o Ministério Público, e procedeu à entrega de placa de homenagem. Na sequência, o Presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, consignou que o Conselheiro Luiz Moreira trouxe a excelência ao CNMP, e destacou a relevância da sua experiência na academia, com a discussão de teses relevantes, com fundamentos e demonstração de seu saber jurídico, sempre buscando uma visão pragmática ao tratar das questões mais importantes ao Ministério Público e à sociedade, como destinatária final. Parabenizou o Conselheiro Luiz Moreira pela parceria constante com o Ministério Público do Trabalho, com os demais ramos do Ministério Público, com os direitos sociais e com a sociedade. Em seguida, o Presidente da ANPR, Alexandre Camanho de Assis, associou-se às homenagens anteriores, registrou que, para os membros do Ministério Público Federal, o mandato do Conselheiro Luiz Moreira inicialmente parecia ser de afastamento e confronto, mas mostrou-se de grandeza e enriquecimento, reconhecendo a combatividade, talento e empenho de fazer o Ministério Público uma Instituição única, e agradeceu em nome dos Procuradores da República. Após, o Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais - CNPG, Eduardo de Lima Veiga, saudou todos os presentes e agradeceu ao Conselheiro Luiz Moreira pelo trabalho realizado no CNMP. Destacou, ainda, a sua lealdade nas relações com os Procuradores-Gerais e com todos os membros do Ministério Público brasileiro, estabelecendo diálogo franco, acessível, direto e seguro. Na sequência, o Procurador-Geral do Trabalho, Luis Antônio Camargo de Melo, agradeceu ao Conselheiro Luiz Moreira pela parceria, amizade e orientação destinada ao Ministério Público do Trabalho, e consignou que o homenageado realizou importante trabalho, ajudando a construir um Ministério Público forte e solidário. Em seguida, o Conselheiro Walter Agra registrou que as moções feitas ao Conselheiro Luiz Moreira eram incentivadoras, destacando que foi por meio do decano que teve os primeiros ensinamentos no Colegiado e ressaltou a forma de trabalho desprentensiosa, fraterna e cativante com a qual o homenageado conduziu seu trabalho no Conselho Nacional. Após, o Conselheiro Fábio George destacou a coragem do Conselheiro Luiz Moreira em seus argumentos, posicionamentos e divergência conciliadora, tendo muitas vezes reformulado seus votos após os debates. Ressaltou o carinho que recebeu do decano no início do seu mandato e destacou que a amizade e os laços construídos permanecerão. Na sequência, o Conselheiro Leonardo Carvalho cumprimentou os presentes e comentou sobre a trajetória de vida do Conselheiro Luiz Moreira, entregandolhe, para fins de registro, cópia do Ofício S12, encaminhado ao Senado Federal, no qual o Presidente da Câmara dos Deputados à época, Michel Temer, fazia a sua indicação para compor o CNMP. Após, o Conselheiro Alexandre Saliba cumprimentou os representantes das entidades de classe que se manifestaram, ressaltando que a composição heterogênea, eclética e paritária foi decisão acertada do constituinte derivado. Destacou, ainda, a atuação do Conselheiro Luiz Moreira, que se mostrou aguerrido, combativo, enfrentando com técnica e independência os dissensos, e aderiu às homenagens feitas, desejando que a próxima etapa do decano seja de sucesso. Em seguida, o Conselheiro Marcelo Ferra saudou as entidades de classe presentes no Plenário e destacou a sua admiração pelo Conselheiro Luiz Moreira, pela ética, lealdade, dedicação e independência, sempre mantendo uma postura franca e direta, que contribuíram para o êxito da sua atuação no CNMP. Após, o Corregedor Nacional, Conselheiro Alessandro Tramujas aderiu às homenagens anteriores e ressaltou que a visão crítica do Conselheiro Luiz Moreira, em relação aos procedimentos incorretos, tinham o condão de buscar o aprimoramento da Instituição. Por fim, agradeceu, em nome da Corregedoria Nacional, todo o apoio dispensado pelo decano ao Ministério Público brasileiro, desejando-lhe sucesso nos novos projetos. Na ocasião, o Conselheiro Cláudio Portela consignou que o mandato do Conselheiro Luiz Moreira foi um diferencial, principalmente pelas críticas construtivas ao Ministério Público brasileiro, decorrentes da virtude do profissional que desempenha bem a sua função. Solicitou, ainda, ao Presidente, que as homenagens prestadas fossem registradas em mídia a ser entregue ao decano, o que foi deferido. Na sequência, o Conselheiro Esdras Dantas associou-se às homenagens anteriores, registrou sua admiração pelo Conselheiro Luiz Moreira, notadamente pelo tratamento dispensado aos seus pares, e desejou-lhe felicidades e vitórias na sua nova etapa de vida. Na sequência, o Conselheiro Antônio Duarte registrou que o homenageado trouxe argumentos sólidos e precisos em suas discussões. Destacou, ainda, que o Conselheiro Luiz Moreira internalizou a Instituição ministerial durante o seu mandato e, através das suas manifestações, traduziu a preocupação quanto ao verdadeiro papel da Instituição, a fim de redimensioná- la no arcabouço constitucional. Em seguida, o Secretário-Geral, Blal Yassine Dalloul, cumprimentou todos os presentes e destacou que ao ser convidado pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, acompanhado do Secretário-Geral Adjunto, Wilson Rocha de Almeida Neto, para juntos administrarem o CNMP, teve como uma de suas preocupações a convivência com o Conselheiro Luiz Moreira, mas ressaltou que a experiência foi enriquecedora, pelos ensinamentos cotidianos e embates travados nas sessões plenárias. Agradeceu, em nome da Secretaria Geral, pela forma educada e compreensiva do decano, no tocante aos pleitos administrativos não atendidos, o que servia de exemplo para os membros do Ministério Público e também para os gestores. Agradeceu, também, em nome da administração do CNMP, pelo convívio, e desejou-lhe sucesso em sua nova caminhada. Em seguida, o Conselheiro Jeferson Coelho, após cumprimentar os presentes e aderir às homenagens anteriores, procedeu a leitura do discurso de despedida do Conselheiro Luiz Moreira, nos seguintes termos: “Um velho provérbio nos ensina que ‘A vida se renova a cada instante’. Com os integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público não poderia ser diferente. E é nesse contexto que nos despedimos nesta sessão do Conselheiro Luiz Moreira Gomes Junior, por ser hoje a sua última participação nas sessões do Colegiado. Momentos como o desta tarde nos remetem de forme inexorável à reflexão sobre os nossos papéis, nosso mundo, nossas Instituições e, especialmente, o Conselho Nacional do Ministério Público. Este momento, no entanto, Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, tão pleno de reflexões e memórias, não é apenas um instante emocionado de despedida. É mais do que isso! Na verdade, mais que uma despedida, este momento por breve que seja, possui o condão de eternizar, no espírito desta Instituição - e no coração de todos que a integram - a recordação da marcante presença de Luiz Moreira Gomes Junior na vida do Conselho Nacional do Ministério Público. Sua excelência, o Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior, integra o Conselho desde 19 de julho de 2010, indicado que foi pela Câmara dos Deputados para o biênio 2010/2012, e para o biênio 2013/2015 - desde 02 de abril de 2013. Houve um começo, e agora, passados quase 04 (quatro) anos, o tempo se inverte, e anuncia o término do que, então, começara. Mas se o tempo, indiferente, a tudo consome, não impede que à distância, nos voltemos sobre o que passou, de modo a narrar e reter na memória, essa forma precária de imortalidade que é reservada aos humanos, as escolhas, as ações e os acontecimentos vividos. Entretanto, assim como não somos senhores do tempo, também não somos de nossa memória. Ao invés do bem comportado inventário das realizações do Conselheiro Luiz Moreira neste Órgão, são as imagens que, nesse momento comparecem, acotoveladas, diante dos nossos olhares emocionados. No relacionamento entre pessoas existem diversos atos muitos dos quais se confundem com os próprios sentimentos. Creio que a despedida é um deles. A despedida, sem qualquer dúvida, é uma ruptura, é uma mudança que carrega dose de emotividade. Em nosso Colegiado, hoje é dia de despedida. É dia de ruptura, porém não de rompimento de amizade, de consideração e de respeito, esses sentimentos permanecem entre quem se despede e quem fica. Mas é dia de início de ausência. Deixa o nosso convívio o nosso colega Luiz Moreira. Amanhã serão Jeferson Coelho, Jarbas Soares, Alessandro Tramujas. Não vou aqui falar de Luiz Moreira Gomes Júnior Conselheiro, até porque no período de permanência neste Colegiado, todos conheceram sua competência, altivez, imparcialidade, firmeza e até mesmo de sua veia polêmica. Por isso, hoje, mais do que nunca, temos a obrigação de não apenas reverenciar aquele que tanto fez pelo Ministério Público Brasileiro, mas celebrar sua imensa contribuição para o aperfeiçoamento de nossa Instituição, tudo isso irá continuar presente quando a distância e o silêncio enfim, chegarem. Assim, Professor Doutor Luiz Moreira, esta é a hora de partir. Vossa Excelência muito contribuiu para os trabalhos do Conselho Nacional do Ministério Público. Começam a se afastar as lembranças, as tarefas, os pensamentos, as angústias, as alegrias. Se afastam, mas não são perdidas. As melhores memórias sempre estarão lá! E, para finalizar, peço vênia, para citar Gonzaguinha na inesquecível canção, Semente do Amanhã, que muito representa este momento: Ontem um menino que brincava me falou que hoje é semente do amanhã... Para não ter medo que este tempo vai passar... Não se desespere não, nem pare de sonhar. Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs... Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar! Fé na vida, fé no homem, fé no que virá! Nós podemos tudo, nós podemos mais. Muito obrigado”. Em seguida, o Presidente saudou o decano e rendeu-lhe cumprimentos em nome do Conselho Nacional do Ministério Público, da Secretaria-Geral e dos servidores, com a entrega de

certificado de homenagem que traduzia o reconhecimento do Colegiado pela atuação comprometida na missão de fortalecer e aprimorar o Ministério Público. Na sequência, o Conselheiro Luiz Moreira saudou o Presidente, todos os Conselheiros e manifestou-se nos seguintes termos: "O mistério da vida nos encaminha para um virtuamento de aprendizados e aprendizagens, de união e separação, de instante, no sentido da interpretação valorativa dada pelos cânones da filosofia ocidental. Neste sentido, recupero e construo minha passagem neste Conselho, casa de representação institucional e simbólica dos paradigmas conceituais mais apropriados ao que tenho defendido e sempre defendi em toda atividade institucional que aqui desempenhei. E, assim como fiz na academia, dei a mim o direito de buscar nas entranhas mais impregnadas na busca da verdade a certeza que me faz valer a vida, mesmo podendo ter errado, busquei o acerto que sempre acreditei e no que acredito. Não pela descoberta do improvável e dileto momento das amarras purificadoras dos falsos deleites morais, mas pela necessidade de aprender e apreender os verdadeiros limites da senda conformadora da justiça e da democracia e, num plano eminentemente ético e moral, no sentido hegeliana, propugnar pela vontade agente para uma realidade capitaneada pelo sentido de valor coletivo. Aqui, neste Conselho, pude observar que não há somente um sentido purificador para as verdades senhor Presidente, mas a tentativa de uma verdade purificada que assenta justamente no interesse institucional e, nesta perspectiva, a construção de um Ministério Público Nacional, apto a ser construído à mercê da expectativa republicana e, para tanto, filiei-me a corrente que, tentando conhecer as realidades e suas dimensões, procurou, in loco, ter a expertise de compreender e ouvir cada membro, nos mais longínquos rincões, de forma a entender que a caminhada, começando no primeiro passo, faz arvorar esperanças no que se apreende, quando se vive. Assim tentei fazê-lo". Em seguida, agradeceu, inicialmente, ao Secretário-Geral, Blal Yassine Dalloul, e ao Secretário-Geral Adjunto, Wilson Rocha de Almeida Neto, rendendo-lhes homenagens e reconhecendo a forma republicana e diuturna pelas quais se desincumbiram de efetivar o CNMP como Órgão constitucional. Também agradeceu aos servidores do Conselho Nacional, na pessoa de Rafaela Pires de Castro Oliveira e do seu Assessor, Robélio Ferreira Gomes da Silva. Em seguida, agradeceu ao Congresso Nacional, nas pessoas do hoje Vice-Presidente da República e então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer; do Deputado Federal Marco Maia; do então Deputado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; e do atual Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em nome dos quais agradeceu o mandato que lhe foi conferido pelos 513 (quinhentos e treze) deputados. Consignou, ainda, que, por ser indicado pela Câmara dos Deputados, sua aprovação tramitou nas duas Casas Legislativas, razão pela qual agradeceu ao Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, e aos Senadores Fernando Collor de Melo, Jorge Viana, Eunício de Oliveira e Tasso Jereissati. Agradeceu, também, aos advogados, na pessoa do Doutor Willer Tomaz, pelas importantes manifestações feitas da tribuna. Rendeu, ainda, agradecimentos à Presidente da CONAMP, Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, pela forma tenaz e aguerrida na defesa dos interesses da Instituição ministerial; ao Procurador de Justiça do Estado de São Paulo e ex-Presidente da CONAMP, José Carlos Cosenzo; ao Presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima; ao Presidente da Associação do Ministério Público de Minas Gerais, Nedens Ulisses Freire Vieira; ao ex-Presidente da mencionada Associação, Rômulo Ferraz; ao Presidente da Associação Espírito-Santense do Ministério Público, Marcello Souza Queiroz, em nome dos quais saudou os demais presidentes de associações. Agradeceu, ainda, ao Ministério Público da União, na pessoa do Procurador-Geral de Justiça Militar, Marcelo Weitzel Rabello de Souza, pela oportunidade de conhecer as realidades que deram à Instituição a dimensão que lhe é peculiar na República; ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, Eduardo de Lima Veiga, pela forma coerente e digna manifestada junto às instituições das quais participa; ao Segundo Vice-Presidente da CONAMP, Vitor Hugo Palmeiro de Azevedo; ao Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Sérgio Hiane Harris; ao Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Roberto Bandeira, pelo exemplo de liderança e competência no exercício de suas atividades funcionais; ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Marfan Martins Vieira, pelo engajamento na transformação do Ministério Público em órgão reitor dos interesses da sociedade; ao ex- Procurador-Geral de Justiça daquela unidade federativa e ex-Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, Cláudio Soares Lopes; ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Carlos André Mariani Bittencourt, pelo apoio e presteza durante os quatro anos de mandato; a todos os Procuradores- Gerais de Justiça dos Estados da região norte do país, nas pessoas de Heverton Alves de Aguiar e Fábio Bastos Sticca, membros do Ministério Público dos Estados de Rondônia e Roraima, respectivamente; ao ex-Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Francisco das Chagas Santiago da Cruz; e ao ex-Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre, Sammy Barbosa Lopes. Registrou a alegria de ter convivido com as presenças constantes do ex-Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Fernando Grella Vieira, e do atual Chefe do Ministério Público paulista, Márcio Fernando Elias Rosa, pela maneira ética e moral com a qual redimensionaram aquela Instituição. Agradeceu, também, ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante, e à ex-Procuradora-Geral de Justiça daquele Estado, Maria do Perpétuo Socorro França Pinto. Registrou que presidiu quatro comissões no Conselho Nacional e agradeceu a todos os membros do Ministério Público com os quais trabalhou, na pessoa da Promotora de Justiça do Estado do Ceará, Isabel Maria Salustiano Arruda Porto. Externou sua gratidão pelo aprendizado que obteve dos ex-Conselheiros Achilles Siquara, Cláudio Barros Silva e Cláudia Chagas. Consignou que teve a honra de compartilhar e conviver com três composições, e que sua vinda para o CNMP contou com o apoio do Ministério Público da União e da ANPR. Registrou que durante o seu mandato aproximouse dos Ministérios Públicos dos Estados, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Militar e que espera ter desempenhado bem as suas funções. Destacou que obteve, na presente gestão, o melhor tratamento que lhe poderia ser deferido e expressou sua satisfação em ter sido membro do CNMP, pois quando ingressou no Conselho Nacional como professor de Filosofia do Direito e de Direito Constitucional, onviveu com a elite do serviço público brasileiro, membros egressos do Ministério Público da União, do Ministério Público dos Estados, magistrados indicados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, a elite da advocacia brasileira e o indicado do Senado Federal, de forma que finalizava o seu mandato muito mais experiente. Agradeceu a todos os promotores e procuradores de justiça, com os quais trabalhou, aos servidores do seu gabinete, Robélio Ferreira Gomes da Silva, Rangel Gonçalves Monteiro, Patrícia de Moura Poli dos Santos, Carolina Soares Noleto, Gustavo do Nascimento Ohashi, Rhuiter Carpentier Braga Valente e a Colaboradora Mônica Rodrigues dos Santos. Por fim, registrou a importância do Ministério Público para a República e fez um apelo aos Conselheiros para que saibam distinguir as questões institucionais das corporativas, uma vez que o CNMP tem por missão constitucional reforçar as dimensões institucionais do Ministério Público. Em seguida, após o Presidente cumprimentar o Conselheiro Luiz Moreira, pelos registros e manifestações, questionou o Plenário quanto ao trancamento da pauta da 7ª Sessão Ordinária, com vistas a agilizar os julgamentos dos processos já incluídos, o que foi deferido à unanimidade. A sessão foi encerrada às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, lavrando o Secretário-Geral a presente ata, que vai assinada por ele e pelo Presidente do CNMP.

BLAL YASSINE DALLOUL
Secretário-Geral do CNMP

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do CNMP

SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia quatorze de abril de dois mil e quinze, reuniu-se o Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, em seu edifício-sede, para a realização da 7ª Sessão Ordinária de 2015, sob a Presidência do Doutor Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Presidente do CNMP. Presentes os Conselheiros Alessandro Tramujas Assad, Jeferson Luiz Pereira Coelho, Jarbas Soares Júnior, Antônio Pereira Duarte, Marcelo Ferra de Carvalho, Cláudio Henrique Portela do Rego, Alexandre Berzosa Saliba, Esdras Dantas de Souza, Leonardo de Farias Duarte, Walter de Agra Júnior, Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho; e o Secretário-Geral do CNMP, Blal Yassine Dalloul. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega e o representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Doutor Marcus Vinícius Furtado Coêlho. Presentes, também, o Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Militar - ANMPM, Giovanni Rattacaso; o Presidente da Associação Espírito- Santense do Ministério Público - AESMP, Marcello Souza Queiroz; o Promotor de Justiça do Estado do Espírito Santo, Pablo Drews Bittencourt Costa; o Promotor de Justiça do Estado do Espírito Santo, Lélio Marcarini; o Promotor de Justiça do Estado do Espírito Santo, Tiago Boucault Pinhal; o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo de Lima Veiga; o Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, José Robalinho Cavalcanti; o Tesoureiro da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP, Marcelo Lima de Oliveira; a Vice-Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul - AMPRS, Martha Silva Beltrame; a Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP, Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti; o Presidente da Associação Goiana do Ministério Público - AGMP, Benedito Torres Neto; o Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - AMPERJ, Luciano Mattos; o Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - AMPDFT, Antônio Marcos Dezan; o Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Daniel de Carvalho Guimarães; o Procurador de Justiça do Estado de Roraima, Fábio Bastos Stica; o Procurador Regional do Trabalho, Adélio Justino Lucas; o Procurador de Justiça do Estado de Santa Catarina, Lio Marcos Marin; e o Primeiro Secretário da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP, Elísio Teixeira Lima Neto. Após verificado o quórum regimental, o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público declarou aberta a sessão e cumprimentou os Procuradores-Gerais e Presidentes de Associação presentes. Anunciou que, além do Conselheiro Marcelo Ferra, indicado à recondução, foram eleitos, pelo Conselho Nacional de Procuradores- Gerais para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador de Justiça do Estado de Roraima, Fábio Bastos Stica, e o Promotor de Justiça do Estado de Sergipe, Orlando Rochadel, desejando-lhes sucesso na sabatina no Senado Federal. Após, o Presidente comunicou que a Secretaria Geral encaminhou correspondência eletrônica a todos os Conselheiros, com a relação dos processos em que foram proferidas decisões monocráticas de arquivamento, totalizando 30 (trinta) decisões, publicadas no período de 24/3/2015 a 13/4/2015, em cumprimento ao disposto no artigo 43, § 2º, do RICNMP. Informou, ainda, que, conforme deliberado na Vigésima Terceira Sessão Ordinária de 2014, a Corregedoria Nacional encaminhou o relatório das decisões de arquivamento, publicadas no período de 24/3/2015 a 13/4/2015, totalizando 36 (trinta e seis) decisões. Em seguida, comunicou que, em razão do término do mandato do Conselheiro Luiz Moreira, foram retirados de pauta os Procedimentos de Controle Administrativo n.ºs 0.00.000.001449/2013-18 e 0.00.000.000140/2014-91; a Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.000141/2014-36; e os Procedimentos Internos de Comissão n.ºs 0.00.000.000006/2015-71, 0.00.000.000007/2015-16, 0.00.000.000008/2015-61 e 0.00.000.000009/2015-13. Informou, também, os processos nos quais os pedidos de vista regimental do Conselheiro Luiz Moreira haviam sido excluídos, em razão do fim do seu mandato, a saber: Pedido de Providências n.º 0.00.000.001328/2012- 95; Proposição n.º 0.00.000.001310/2013-74; Proposição n.º 0.00.000.001285/2014-18 e Procedimento de Controle Administrativo nº. 0.00.000.001000/2012-79. Na sequência, anunciou, a pedido dos Relatores, o adiamento dos Processos n.ºs 0.00.000.001441/2011-90; 0.00.000.000225/2014-70; 0.00.000.001151/2014-99; 0.00.000.000543/2014-31; 0.00.000.001785/2013-61; 0.00.000.001589/2014-77; e 0.00.000.001770/2014-83, e a retirada de pauta do Processo n.º 0.00.000.001196/2014-63. Em seguida, passouse ao julgamento dos processos incluídos em pauta, apregoados na ordem dos resultados consolidados em anexo. Na ocasião, o Presidente levou a julgamento o Recurso Interno interposto na Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001148/2013-94. Após, saudou o Conselheiro Jeferson Coelho, que passou a figurar como decano do Colegiado. Na sequência, em razão do término do mandato do Conselheiro Luiz Moreira, que presidia a Comissão da Infância e Juventude e, em obediência ao disposto no artigo 32, do RICNMP, anunciou a eleição para a referida comissão, oportunidade em que o Conselheiro Walter Agra declarou-se candidato. Após, o Conselheiro Cláudio Portela questionou qual seria o período para o exercício da mencionada presidência, ocasião em que o Presidente esclareceu, em conformidade com disposição regimental, que seria até o final do mandato do Conselheiro. Em seguida, o Conselho, por unanimidade, elegeu o Conselheiro Walter Agra para a presidência da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional. Após, o Conselheiro Alexandre Saliba saudou o novo Presidente da Comissão da Infância e Juventude e pugnou pelo apoio dos demais Conselheiros na condução dos trabalhos da mencionada Comissão, especialmente no atual momento em que a redução da maioridade penal é discutida nas propostas de Emenda Constitucional que tramitam no Congresso Nacional e que podem alterar a ordem jurídica. Na sequência, o Conselheiro Leonardo Farias questionou o plenário acerca da possibilidade de emissão de uma nota técnica com o posicionamento do Conselho Nacional sobre a matéria, oportunidade em que o Presidente sugeriu que a mencionada proposta fosse apresentada pelo novo presidente da Comissão da Infância e Juventude. Na ocasião, o Conselheiro Walter Agra acolheu a sugestão e comprometeu-se a apresentar a minuta na próxima sessão plenária. Em seguida, o Presidente registrou, como cidadão brasileiro, seu posicionamento contrário à redução da maioridade penal, que em nada contribuirá para o incremento da questão da segurança pública. Ressaltou que o atual sistema carcerário consegue recuperar um percentual menor do que as casas de auxílio que recebem adolescentes infratores e acrescentou, ainda, que existe uma proposta no âmbito do Senado Federal, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que flexibiliza, caso a caso, a deliberação do juízo, a depender das circunstâncias. Destacou que não poderia silenciar sobre o tema, uma vez que se aproxima o final do seu mandato e talvez não tenha oportunidade de se manifestar perante o Colegiado, ressaltando que, como cidadão, tem o dever de mostrar que a redução da maioridade penal não seria a solução, assim como a pena de morte também não o seria, para o sistema de segurança pública. Na sequência, o Conselheiro Walter Agra acolheu a manifestação do Presidente e agradeceu a confiança e a credibilidade que o colegiado lhe outorgou. Após, consignou que a redução da maioridade penal começou a ser discutida no âmbito do Plenário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no qual foi sugerido o estudo para uma eventual proposta de projeto de lei, que tipifica, de forma mais gravosa, os imputáveis que utilizam menores na prática delituosa. Comunicou, ainda, que apresentará a minuta de nota técnica, a ser analisada pelo Conselheiro relator, e sugeriu a realização de audiência pública sobre a matéria. Na sequência, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior cumprimentou o Conselheiro Walter Agra pela assunção à Presidência da Comissão da Infância e Juventude, e parabenizou o Conselheiro Marcelo Ferra e o membro do Ministério Público do Estado de Roraima, indicado para o CNMP, Fábio Bastos Stica, que passou a compor a mesa, após convite do Presidente. Em seguida, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior destacou a importância da Comissão da Infância e Juventude e solicitou ao novo Presidente que, ao elaborar a minuta da nota técnica sobre a redução da maioridade penal, avaliasse o projeto do Senador Aloysio Nunes Ferreira, conforme mencionado anteriormente pelo Presidente. Após, o Conselheiro Alexandre Saliba levou a julgamento, extrapauta, o Procedimento Avocado n.º 0.00.000.000534/2012-88 e os Processos Administrativos Disciplinares n.ºs 0.00.000.001575/2013-72 e 0.00.000.000005/2013-65, com vistas à prorrogação de prazo, por mais 90 (noventa) dias, para conclusão dos trabalhos da comissão processante. Por ocasião do julgamento da Proposição nº 0.00.000.001095/2013-10, o Conselheiro Fábio George passou a compor a mesa, oportunidade em que o Conselheiro Alessandro Tramujas suscitou questão de ordem acerca da possível conexão entre os presentes autos e o Pedido de Providências n.º 0.00.000.001328/2012-95, no qual a Proposição em julgamento havia sido apresentada. Registrou que houve falha na tramitação da referida Proposição, uma vez que o julgamento do Pedido de Providências n.º 0.00.000.001328/2012-95 não havia sido concluído. Por tal

razão, solicitou que os mencionados processos fossem apreciados em conjunto. Na ocasião, o Presidente informou que também levaria o Pedido de Providências n.º 0.00.000.001328/2012-95 a julgamento. Durante o julgamento do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.001746/2014-44, o Conselheiro Fábio George acolheu sugestão do Conselheiro Leonardo Farias, para que constem os dados remuneratórios dos membros, inclusive as verbas indenizatórias, desde a data da vigência da Resolução CNMP nº 89/2012, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias ao Ministério Público Estadual para cumprimento. Na ocasião, os Conselheiros Leonardo Carvalho e Leonardo Farias sugeriram a criação de um link no portal do CNMP, consolidando todas as informações disponibilizadas pelos Ministérios Públicos. Por ocasião do julgamento da Proposição nº 0.00.000.000394/2011-67, que visa estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal nº 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado, o Relator, Conselheiro Antônio Duarte, alterou o seu voto, no sentido de aprovar a Proposta de Resolução, acolhendo as sugestões dos Conselheiros Walter Agra e Jarbas Soares Júnior, que propôs, ainda, a supressão do artigo 5º, da mencionada proposição, igualmente acolhida pelo Relator. Na ocasião, o Corregedor Nacional, Conselheiro Alessandro Tramujas, pediu vista dos autos e solicitou à Secretaria Processual que lhe fossem enviadas todas as versões da proposição apresentadas ao longo dos debates. Em seguida, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior registrou a presença do ex-Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, Lio Marcos Marin, cumprimentando-o pela conclusão do seu mandato, encerrado no último dia dez de abril, e desejando-lhe sucesso na próxima etapa de sua carreira. Por ocasião do julgamento do Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001000/2012-79, o Conselheiro Alexandre Saliba retificou o seu voto, para acompanhar o Relator, no sentido de julgar parcialmente procedente o pedido. Por ocasião do julgamento da Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo nº 0.00.000.001130/2013-92, o Conselheiro Walter Agra alterou o seu voto, inaugurando a divergência, para julgar o pedido improcedente, oportunidade em que o Conselheiro Leonardo Carvalho também retificou o seu posicionamento, no mesmo sentido. Após o julgamento desse processo, o Conselheiro Walter Agra solicitou preferência no julgamento do Pedido de Providências nº 0.00.000.001328/2012-95, para a próxima sessão plenária, o que foi acolhido pelo Presidente. A sessão foi encerrada às dezessete horas e cinquenta e dois minutos, lavrando o Secretário-Geral a presente ata, que vai assinada por ele e pelo Presidente do CNMP.

BLAL YASSINE DALLOUL
Secretário-Geral do CNMP

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do CNMP

Diário Oficial da União - Nº 83 - Seção 3 - pág. 127

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Convênio celebrado entre o Ministério Público Militar e a Universidade Federal do Pará - UFPA. Objeto: Estágio de Estudantes de Nível Superior. Vigência: 14/05/2015 a 13/05/2018, podendo ser prorrogado por igual período. Assinam: Jaime de Cassio Miranda, Diretor-Geral, pelo MPM e Carlos Edilson de Almeida Maneschy, Reitor, pela UFPA.